

Acção de Formação de Especialização em Igualdade de Género para Técnicos/as

Promovida pela SEIES

Formadores: Isabel Rebelo e Carlos Nunes

Democracia Paritária

Poder Político e Tomada de Decisão

"Devemos seguir sempre o caminho que conduz ao mais alto."

Platão

Célia Peralta Rodrigues

Alcácer do Sal

Este artigo pretende contribuir para a reflexão sobre o lugar das mulheres na política; não será mais do que um breve reflectir da situação actual e das motivações que conduzem mulheres e homens na luta pela igualdade de direitos em todas as dimensões da sociedade, pois são elas – as motivações - as impulsionadoras da mudança que urge na sociedade portuguesa.

Serão levantadas algumas questões que nos remetem para uma profunda meditação mas que mais adiante se encontrarão tentativas de resposta, não sendo tomadas como verdades dogmáticas, pois cada indivíduo terá a liberdade de formar a sua opinião, e nem será minha pretensa “vender” a verdade, se bem que, em matéria de direitos do ser humano todos e todas deveríamos respeitar como um Dogma, sem desvios e atropelos, com a mesma importância do saciar de uma necessidade básica.

“Se as mulheres estivessem mais na política as prioridades seriam outras” foram estas as palavras proferidas por uma deputada municipal no 1º Encontro de Mulheres Autarcas do Distrito da Guarda.¹

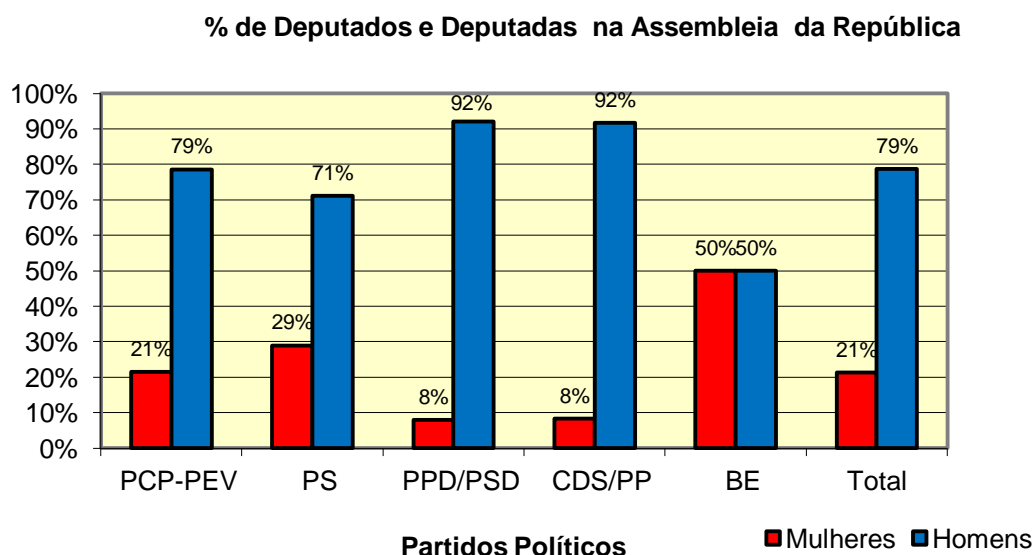
Esta frase remete-nos para um cenário de reflexão sobre a importância da presença das mulheres na política; Será efectivamente importante a sua presença num estado democrático? Com que fundamentos se justifica tal mudança nas sociedades em que a política é uma dimensão social predominantemente masculina? Que implicações trará para a vida quotidiana e que vantagens para o país? E, por último, atrevo-me a deixar esta questão, que certamente ficará em aberto, pois a sua resposta depende da evolução científica: Existirão de facto, entre Homens e Mulheres diferenças significativas - e coloco aqui o enfoque na existência de sensibilidade, ou 6º sentido - que justifiquem, só por si, um aumento da participação das Mulheres nas esferas de tomada de decisão?

Relativamente à importância da presença das mulheres na política tem com certeza toda a pertinência, pois se pretendemos uma sociedade governada pelo povo, e se do

¹ Artigo do jornal Nova Guarda de 17 de Março de 2010

povo 48% são homens e 52%² são mulheres, estamos perante uma representatividade minoritária do sexo feminino nas instâncias do poder.

Em 2007, a presença de homens e mulheres na Assembleia da República encontrava-se distribuída desta forma:



Fonte: Presidência do Conselho de Ministros, 2007

De facto, como se pode constatar, apenas um partido político é constituído por 50 % de ambos os sexos; todos os outros apresentam uma representação de mulheres bastante reduzida.

Mas levarei a questão mais além dos números, que quanto a mim, a maior justificação não deve ser porque metade da população é mulher logo deve ser respeitada a proporcionalidade; as fundamentações para agir na sociedade devem ir mais além, construir-se com maior solidez para uma mais fácil e rápida aceitação e mudança de cultura.

Na minha opinião, as mulheres, tal como os homens devem repartir o poder, participar em conjunto no debate e tomadas de decisão, podendo até invocar as diferenças de olhar o problema, as particularidades de cada um e cada uma, considerando que “Uma participação mais significativa das mulheres na vida política, sendo essencialmente um requisito de justiça e de democracia, permitirá também o aparecimento de novos olhares sobre a realidade e de pontos de vista diferentes, já

² Dados estatísticos da população, INE, 2010

que homens e mulheres têm, naturalmente, vivências e experiências que são histórica e culturalmente diferentes.”³ mas mais do que isso, é importante que tenha uma função pedagógica, um efeito multiplicador, isto é, sabendo que os indivíduos imitam comportamentos, quanto mais cedo se habituarem as nossas crianças e jovens à presença de mulheres e homens em lugares de poder com maior rapidez e efeitos desejados se produzirá a mudança de cultura. Não podemos continuar a difundir a palavra afirmando que as mulheres devem lá estar e continuarem os lugares a serem apenas ocupados por homens; devemos partir para a acção, as mulheres devem efectivamente ocupar lugares de decisão não só nos partidos políticos com assento na Assembleia da Republica mas também enquanto deputadas na mesma.

Relativamente às implicações que trará ao nível do quotidiano, não me parece que este assunto nos deva ocupar demasiado, ou então que nos ocupe apenas o necessário à adaptação das práticas e rotinas familiares. A família não irá entrar em colapso porque a mulher passará a repartir o seu tempo entre esta, a casa, o trabalho e a vida política. É tudo uma questão de reorganização dos tempos nos respectivos lugares; Em toda a história da humanidade o homem e a mulher aprenderam a reorganizar-se, abandonou o sistema de trabalho artesanal e manual passando a laborar num sistema de trabalho automatizado, adaptou-se aos novos horários e novas rotinas, hoje adapta-se novamente, à custa da crise de empregabilidade, a novas rotinas profissionais, como o teletrabalho a partir de casa, ou vários *partimes* obrigando-o/a a uma melhor e mais eficaz organização diária.

Por tudo isto, penso que a reorganização familiar será uma das tarefas mais fáceis comparando-as com as que foram necessárias introduzir noutros períodos da história. Será apenas necessário um esforço conjunto dentro da família onde deve existir uma partilha de tarefas entre todos os membros desta.

Quanto às vantagens para o país, penso que só terá a ganhar. A Lei da Paridade foi bastante criticada por alguns indivíduos que terão comentado que os partidos políticos iriam fazer cumprir a Lei a todo custo para não perderem o financiamento em campanhas eleitorais; este “a todo o custo” significaria mobilizar mulheres para as listas partidárias não apenas pelas suas capacidades mas corria-se o risco de serem convidadas só para “encherem” e pela sua beleza e atributos físicos. Pois bem, não me parece que alguma mulher se sinta capaz de aceitar tal convite sem certezas das suas competências e, desculpem-me as mentes mais pudicas, se essas mulheres que

³ Projecto de lei n.º 224/X

aceitam esses convites ou por vontade própria seguem a carreira política são inteligentes, competentes e dotadas de beleza física porque não tirar proveito disso? Vivemos tempos em que a imagem – um bem imaterial – é geradora de riqueza, porque não aproveitar este recurso como uma mais-valia, como imagem do nosso país, nas relações internacionais, na diplomacia, na resolução de conflitos mundiais?

Podemos neste plano reaproveitar as qualidades da mulher para reforçar a defesa dos interesses do Estado para que este assuma um papel firme perante os outros países.

Ainda relativamente à Lei da Paridade, é verdade que não fecha portas à discriminação, como disse a jornalista Filomena Fontes, no jornal público⁴. Esta Lei apenas obriga a que haja uma representação mínima de 33,3% de ambos os sexos nas listas partidárias, porém não significa que as mulheres cheguem a ocupar cargos de poder, pois esta Lei permite ainda que se pratiquem atropelos ao acesso a cargos políticos pelas mulheres.

Esta Lei pode não ser ainda suficiente mas é certamente uma alavanca para que outras Leis surjam, ou se alterem, e por último, se promovam de mudanças culturais.

⁴ Artigo do Jornal Público de 13 de Novembro de 2009